

CARTA AGROECOLÓGICA DE PORTO ALEGRE 2013

VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia

Com o tema “Agroecologia: cuidando da saúde do planeta”, o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia reuniu-se em Porto Alegre no período de 24 a 28 novembro de 2013 para refletir sobre o momento atual e os desafios da agroecologia. A escolha deste tema reflete a constatação da existência de uma crise de dimensões globais de caráter sistêmico e multidimensional que se alastra e se aprofunda como resultado da reprodução ampliada de um padrão de desenvolvimento fundado no consumo insustentável de bens da natureza e na acentuação de desigualdades sociais. A configuração dos modernos sistemas agroalimentares, caracterizados pela extremada artificialização dos processos produtivos e pelo crescente afastamento entre a produção e o consumo de alimentos é um dos fatores determinantes dessa crise. Os promotores e principais beneficiários dessa crise são corporações empresariais que exercem seu poder político e ideológico sobre instituições do Estado no sentido de criar as condições para ampliar seu controle sobre os processos de produção e consumo alimentar, viabilizando desta forma sua estratégia de reprodução ampliada do capital à revelia dos impactos negativos sobre a saúde, o ambiente e da crescente degradação das relações sociais em especial no que tange às relações de gênero, étnicas, raciais e geracionais. As promessas tecnológicas anunciadas por essas corporações, bem como os marcos institucionais -na linha da economia verde- por elas impostos têm contribuído para agravar a crise que se revela em diferentes formas de violência e opressão.

No que diz respeito ao modelo de educação vigente, que continua seguindo uma lógica de produção de conhecimento cartesiana, tecnicista e parcelaria, sem levar em consideração os saberes historicamente acumulados pelos agricultores e agriculturas familiares camponeses, inúmeras iniciativas educativas que tem como enfoque a Agroecologia tem emergido no Brasil.

É inequívoco o fato de que uma consciência social crítica frente a esse cenário começa a exigir mudanças radicais no modelo de desenvolvimento e de relacionamento humano. Embora as pressões da sociedade venham permitindo alguns avanços institucionais importantes, que devem ser reconhecidos e celebrados, essas conquistas são largamente insuficientes face à magnitude da crise socioambiental.

Tendo em vista que os prejuízos em andamento já alcançam dimensões inaceitáveis, muitas delas irrecuperáveis, tornam-se imperativas iniciativas mais potentes com capacidade de mobilização social para enfrentar estruturalmente a crise desde a esfera local até o âmbito internacional. Diante dessa situação, os 4000 participantes do VIII CBA-Agroecologia manifestam o que se segue:

Com relação a organismos geneticamente modificados e agrotóxicos:

Repudiamos as iniciativas que visem retirar poderes deliberativos do Ibama, Mapa e Anvisa na análise de OGMs e agrotóxicos. Ao contrário, reivindicamos que a a CTNBio volte a ser um órgão de caráter consultivo submetido a essas intâncias. Cobramos também o cumprimento da Lei de rotulagem de OGMs apoiamos a iniciativa em discussão na Assembleia Legislativa do RS, com vistas à rotulagem de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos.

Reivindicamos imediata modificação nos critérios de formação e operação da Ctnbio, com responsabilização jurídica de seus membros pelas consequências/impactos (econômicos, sociais, na saúde e ambientais) de decisões relativas à liberação de OGMs. Também reivindicamos transparência nos processos decisórios e realização de audiências públicas no caso de novas tecnologias e de avaliações dos monitoramentos pós liberação comercial.

Exigimos incorporação de critérios socio-econômicos nas avaliações de risco envolvendo OGMs, e que só sejam apoiadas pelas políticas públicas aquelas tecnologias que contribuam efetivamente para processos de desenvolvimento sustentável, e que os OGMs sejam excluídos de políticas voltadas à agricultura familiar.

Exigimos a manutenção da moratória aos OGMs com tecnologia GURT (terminator) e o endosso ao protocolo de Nagoya/Kuala Lumpur que trata da responsabilização dos agentes/atores contaminantes com OGMs e das normas de compensação de agentes/atores contaminados.

Que as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, e suas respectivas áreas de amortecimento sejam decretadas territórios livres de transgênicos e agrotóxicos. Que sejam mapeados e protegidos contra a contaminação transgênica os territórios onde a presença de sementes crioulas seja relevante. Que sejam desenvolvidas políticas concretas para o fortalecimento de redes sociais atuantes na conservação da agrobiodiversidade.

Com relação a construção do conhecimento

Afirmamos a necessidade de implementação e ampliação do eixo de Conhecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Reivindicamos que os princípios e diretrizes sistematizados no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, sejam adotados como referencial orientador das experiências de educação em agroecologia, e das ações de Educação realizadas pelos vários níveis de governo.

Reivindicamos que as instituições de pesquisa e extensão internalizem os princípios da Agroecologia, organizando grupos de pesquisa e extensão, proporcionando a contratação e formação de professores e pesquisadores atuantes no tema e alocando os recursos necessários ao cumprimento de ações que articulem o conhecimento científico-acadêmico ao conhecimento popular-cultural das agriculturas familiares camponesas.

Reivindicamos também a ampliação dos editais de inovação tecnológica, educação, pesquisa e extensão junto à agricultura familiar, visando o fortalecimento de processos e estratégias produtivas referenciados na agroecologia.

Em relação às mulheres

Reafirmamos a importância de espaços estratégicos de formação, articulação e produção do conhecimento e das práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres, integrando a abordagem de Gênero e feminismo.

Reafirmamos a importância do reconhecimento das mulheres como geradoras de conhecimento, processos e atividades de base agroecológica.

Reivindicamos espaços e instrumentos que assegurem recursos e políticas, bem como pesquisas que estimulem, viabilizem e confirmem visibilidade à ação protagonista das mulheres no processo de desenvolvimento sustentável.

Em relação a políticas públicas essenciais

Reivindicamos apoio e reforço ao PAA e a uma Reforma Agrária Agroecológica.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2013.